

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 34 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

----- Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros: -----

| Município | Eleitores | Cargo | Nome |
|--------------------|-----------|-----------------|------------------------------------|
| Aguiar da Beira | 6.597 | Presidente | Joaquim António Marques Bonifácio |
| Carregal do Sal | 10.099 | Presidente | Rogério Mota Abrantes |
| Castro Daire | 16.514 | Presidente | José Fernando Carneiro Pereira |
| Mangualde | 20.330 | Vice-Presidente | Joaquim Manuel Patrício Ferreira |
| Nelas | 13.861 | Presidente | José Manuel Borges da Silva |
| Oliveira de Frades | 9.415 | Presidente | Luís Manuel Martins de Vasconcelos |
| Penalva do Castelo | 8.819 | Vice-Presidente | José Dias Lopes Lares |
| Santa Comba Dão | 11.563 | Presidente | Leonel José Antunes Gouveia |
| São Pedro do Sul | 17.274 | Presidente | Vitor Manuel de Almeida Figueiredo |
| Sátão | 13.992 | Presidente | Alexandre Manuel Mendonça Vaz |
| Tondela | 29.213 | Vereadora | Fátima Carla Dias Antunes |
| Vila Nova de Paiva | 6.892 | Presidente | José Morgado Ribeiro |
| Viseu | 95.853 | Vice-Presidente | Joaquim Ferreira Seixas |
| Vouzela | 10.171 | Vice-Presidente | Carlos Alberto Rodrigues Lobo |

----- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

- 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 08/05/2015;-----
- 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 18/05/2015;-----
- 3 - Análise, discussão e votação da 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de cooperação, a estabelecer entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da consolidação da estratégia supramunicipal para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço nº 119/2015, de 11 de março, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----
- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para o reforço da implementação do Sistema de Informação

Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 203/2015, de 12 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 6 - Análise, discussão e votação da proposta de designação do substituto do Fundo de Maneio – Serviços da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a informação de serviço n.º 202/2015, de 12 de maio, de acordo com o art.º 4º do Regulamento do Fundo de Maneio e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 7 - Análise, discussão e votação da proposta de designação do substituto da Tesoureira, de acordo com o Despacho do Secretário Executivo n.º 006/2015, de 11 de maio, e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 8 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 208/2015, de 15 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 9 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa MaisCentro”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 207/2015, de 15 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

----- 10 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para o “Fornecimento e montagem de equipamentos de ar condicionado”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 204/2015, de 12 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 11 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a celebração de “Acordo quadro para o fornecimento de energia elétrica – (AQ_04/2015)”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 205/2015, de 15 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 12 - Análise, discussão e votação do Relatório Final do procedimento concursal, para a celebração de “Acordo quadro para o fornecimento de gás - (AQ_02/2015)”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 13 - Análise, discussão e votação do Relatório Final do procedimento concursal, para a “Aquisição de equipamentos terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC) para os corpos de bombeiros e os serviços de proteção civil municipal – (CP_03/2015)”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Amândio

Ampliado

----- 14 - Análise, discussão e votação do pedido de apoio financeiro, apresentado pelo Município de Mangualde, para o evento "Em Quarto Crescente", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 15 - Análise, discussão e votação do pedido de apoio financeiro, apresentado pelo Município de Nelas, no âmbito da 24.ª edição da Feira do Vinho do Dão, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 16 - Análise e discussão do Despacho n.º 5119-B/2015, de 15 de maio, do Secretário de Estado da Administração Local, relativo ao concurso para apoio financeiro a projetos de integração e partilha de serviços ou competências dos municípios, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver "quórum" para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

----- Período de Antes da Ordem do Dia.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do n.º 6 do art.º 89.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Continuou o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informando que em face da ausência, do Dr. José Carlos Almeida, tinha solicitado a presença da Dr.ª Ângela Maria Rodrigues de Matos, para secretariar a reunião do Conselho Intermunicipal.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, abriu o período de antes da ordem do dia, tendo começado por informar o Conselho que tinha convidado, o Dr. Andrade Miranda, para esclarecer questões relacionadas com a transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu.-----

----- Continuou a sua intervenção dando conhecimento da visita às funcionárias que se encontram na Casa do Adro, e que por força da transferência da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu, tinham transitado para o quadro de pessoal da CIM, bem como dos eventos já realizados naquele edifício, ao nível do empreendedorismo e do turismo.-----

----- Foi dada a palavra ao Dr. Andrade Miranda, tendo este começado a sua intervenção referindo a existência de várias "frentes" que envolvem a universalidade e a transferência do património da Assembleia Distrital de Viseu.-----

----- Informou, o Dr. Andrade Miranda, que o processo, relativo à transferência do registo do imóvel para nome da CIM, não era complicado, e que o registo definitivo do mesmo iria dar entrada na semana seguinte, sendo que já no que se refere ao registo da transferência da propriedade intelectual da revista "Beira Alta", é um problema meramente burocrático.

----- Continuou a sua intervenção informando da existência de dois Protocolos em vigor, um sobre a forma de comodato e de um outro que tinha uma natureza benigna para a CIM Viseu Dão Lafões, os quais poderiam ser novamente reduzidos ou extintos, consoante a vontade do Conselho Intermunicipal.-----

----- Referiu, ainda, que os contratos de fornecimento de água, luz e telecomunicações se encontravam a ser transferidos para a CIM. -----

----- Foi de seguida apresentado e distribuído por todos os presentes um memorando, que faz parte integrante da presente ata, relativo à disposição transitória do artigo 9º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho.-----

----- Concluiu a sua intervenção, solicitando a colaboração de todos os municípios na disponibilização de informação, de modo a perceber se as eventuais dívidas à Assembleia Distrital se encontravam inscritas nas contas dos municípios, e como estes tinham lidado com a aprovação dos documentos nas reuniões da Assembleia. Referiu, ainda, que esta informação, em complemento com outra, seria importante para depois poder tomar uma posição mais sólida, sobre esta matéria, e quanto à possibilidade da obrigação de restituir aos municípios, o que, a confirmar-se, impende sobre a CIM. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que referiu que não podem ser ignoradas as obrigações assumidas pela CIM no processo da transferência da universalidade, e que, deviam acrescentar na reflexão o enriquecimento da CIM, por força da obrigatoriedade natural. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que relativamente a este processo referiu, que, se encontra em curso o processo de transferência dos fornecimentos de bens e serviços para a CIM, bem como, o processo junto das instituições bancárias para a transferência dos montantes da Assembleia Distrital para as contas da CIM. -----

Ampliação

---- Relativamente, à transferência do imóvel e dos bens para o património da CIM, informou os presentes que os mesmos não estavam valorizados e que não existia um inventário discriminado, sendo necessário proceder à avaliação/inventariação dos bens. --

---- Continuou o Senhor Secretário Executivo, referindo que relativamente à revista "Beira Alta", seria importante, na sua opinião, manter e dar continuidade à mesma, no entanto era necessário ver o impacto legal dessa ação. -----

---- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que propôs a aprovação de um voto de louvor ao Clube Desportivo de Tondela pela obtenção do título de campeão da Liga de Honra e concomitantemente subida à primeira Liga de Futebol Profissional, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

---- Continuou a sua intervenção, dando nota que na próxima sexta-feira, 5 de junho, se iria realizar a Final Intermunicipal do Concurso de Ideias de Negócio, no âmbito do projeto "Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões", tendo convidado todos os Senhores Presidentes para o evento bem como para o jantar que antecede o mesmo. -----

---- Concluiu a sua intervenção informando que, a exemplo dos anos anteriores, os prémios oferecidos pela CIM seriam missões empreendedoras a Barcelona, Madrid e Lisboa para as equipas classificadas em primeiro, segundo e terceiro lugares, respetivamente. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, que referiu que tinha recebido um ofício por parte da empresa AcinGov, no sentido de renovar os serviços associados à plataforma de contratação pública, e que solicitava a opinião dos presentes relativamente a este assunto. -----

---- Foi dada a palavra, ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que informou os presentes, que a passagem dos serviços de contratação pública para a empresa Acingov não tinha ocorrido ao mesmo tempo em todos os municípios, pelo que, conseqüentemente, as datas de renovação dos contratos diferem de município para município. No entanto, e considerando que esta empresa proporcionava custos mais reduzidos quer para os municípios, quer para os fornecedores, julgava ser de todo o interesse renovar os mesmos, caso os Senhores Presidentes assim o quisessem e entendessem, até porque existe um Memorando de Entendimento aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Intermunicipal.

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que solicitou esclarecimentos sobre os pagamentos à empresa Gatewit, relativos aos procedimentos de contratação pública em curso. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que informou que o município devia instalar a plataforma da Acingov, antes do término do contrato da Gatewit, e que durante esse processo de transição deveriam estar as duas em funcionamento. -----

----- Relativamente ao projeto Escolas Empreendedoras, o senhor Secretário Executivo informou os presentes da realização dos Concursos Municipais e das sessões de apresentação de "No palco com o Gaspar" que se encontravam a decorrer nos diversos municípios. -----

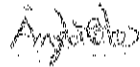
----- Ainda no âmbito do projeto de "Promoção do Empreendedorismo na Região Viseu Dão Lafões", o Senhor Secretário Executivo, informou que ao Concurso de Ideias de Negócio - "Wanted Business Ideas" foram apresentadas noventa e sete ideias, das quais um terço eram de fora da região Viseu Dão Lafões. -----

----- Deu, ainda, nota de que a final do concurso iria ter lugar no dia dez de julho e que no próximo dia cinco de junho o júri, constituído por representantes do IPV, da AIRV, do IAPMEI, da CCDRC e do Montepio, se iria reunir para avaliar as candidaturas apresentadas. -----

----- Referiu, também, que as oficinas de criatividade já tinham decorrido, e que os consultores presentes nas mesmas tinham identificado cerca de quarenta e cinco ideias já bastante estruturadas, que eventualmente poderiam vir a ser trabalhadas pela Rede Regional de Empreendedorismo Viseu Dão Lafões. Ainda, integrado nas várias fases que compõem o Concurso, informou os presentes que o Bootcamp iria decorrer no IPV, entre os dias quinze e dezanove de junho. -----

----- O Dr. Nuno Martinho, informou, ainda, que na semana anterior tinham decorrido, na Casa do Adro, em Viseu, vários workshops sobre o produto turístico Ecopista do Dão, dedicados às temáticas do património, gastronomia, percursos pedestres, entre outros, tendo dado nota da ausência dos municípios, mais concretamente dos técnicos ligados ao turismo, tendo os mesmos sido convidados a marcar presença nos mesmos. -----

----- Continuou a sua intervenção informando o Conselho Intermunicipal que o projeto de Modernização Administrativa, que se iria concluir em Setembro, apresentava uma



criticidade quanto à migração dos dados assentes em software proprietário ESRI, que tinha que ser migrado para software "open source".-----

---- Apesar dos diversos alertas feitos pela CIM aos municípios estes têm que, rapidamente, concluir essa migração, dado apenas depender do município, de forma a que quando terminarem os contratos com a ESRI não fiquem impedidos de disponibilizar um conjunto de serviços aos cidadãos, como por exemplo, plantas de localização.-----

---- Relativamente a este assunto, referiu, ainda, o Senhor Secretário Executivo que a CIM iria agendar reuniões individuais com os municípios, contando com a presença da AIRC, da WeGov e da Plan2Do, de forma a prepararem-se as últimas ações do projeto e o seu encerramento.-----

---- O Senhor Secretário Executivo deu, ainda, nota da adesão registada na reunião realizada no âmbito da Central de Compras, relativamente aos Acordos Quadros, tendo tido conhecimento que a sessão correu muito bem e que os técnicos presentes tinham ficado bastante esclarecidos sobre a temática.-----

---- Referiu, ainda, que iria ser remetido um email com a informação que ainda se encontra em falta no âmbito das Centrais de Compras, pelo que solicitava a melhor atenção dos Senhores Presidentes para a resposta ao mesmo. Salientou, também, que não havia qualquer tipo de custo, para os municípios, por aderirem aos acordos quadros, e que iria ser feito um ensaio, através de leilões eletrónicos, com o papel e com os consumíveis informáticos, tendo alertado que seria importante que os fornecedores locais se inscrevessem nos mesmos.-----

---- Continuou a sua intervenção, dando nota ao Conselho Intermunicipal que a candidatura ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, tinha sido submetida, apesar dos constrangimentos registados ao nível informático pela plataforma.-----

---- Referiu, também, que depois da reunião do dia dezoito de maio, tinha sido enviado, no dia seguinte, a versão final, para cada um dos Senhores Presidentes para uma última análise da proposta de Pacto .-----

---- Informou, ainda, que de acordo com a informação prestada pela Senhora Presidente da CCDR do Centro o processo de negociação deverá ter início dentro de duas semanas.---

---- Deu nota, o Dr. Nuno Martinho, do email, remetido pela Direção Geral da Cultura, referente aos investimentos objeto de mapeamento na área da cultura, informando que os mesmos tinham sido submetidos na proposta de Pacto com os valores indicados.-----

----- Informou, ainda, o Senhor Secretário Executivo, da reunião realizada com as Escolas Profissionais e com a ANQUEP, no sentido de as sensibilizar para os cursos que poderiam ser ministrados no próximo ano letivo, tendo a mesma corrido de forma muito positiva, tendo ficado estabilizado o número de cursos, oferecidos pela região, em sessenta e um. --

----- Ainda no âmbito desta temática, o Secretário Executivo, deu conhecimento do contacto estabelecido com a Dra. Cristina Oliveira, da DGEST, que inicialmente queria reduzir o número de cursos para cinquenta e cinco, cinquenta e seis, sendo que atendendo à relação existente e à flexibilidade demonstrada pelas Escolas, tinha permitido os sessenta e um cursos identificados, tendo, contudo, salientado a importância de se proceder a um trabalho mais concertado, no ano letivo 2016/2017. -----

----- O Dr. Nuno Martinho continuou a sua intervenção informando que as candidaturas ao MaisCentro, em regime de overbooking, se encontravam em fase de admissibilidade, tendo os municípios já recebido pedidos de esclarecimentos sobre as operações candidatas ao regulamento da Mobilidade Urbana, e mais recentemente ao regulamento da Mobilidade Territorial. -----

----- Concluiu a sua intervenção, dando conhecimento que a execução física e financeira do projeto "Eficiência Energética na Iluminação Pública - Viseu Dão Lafões" termina a trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, bem como do email enviado, para os municípios, para estes procederem ao envio do ponto de situação dos procedimentos de contratação pública, bem como, ao envio da documentação necessária à submissão de um pedido de pagamento. Informou, ainda, da necessidade dos municípios procederem ao envio do número de compromisso para o Fundo de Eficiência Energética, no sentido de formalizarem o contrato a assinar com esta entidade. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, Senhor Victor Figueiredo, que manifestou a intenção de não avançar com os investimentos do seu município, bem como, ceder, em termos formais junto do POVT, a verba associada aos mesmos a outro município, caso isso fosse possível. -----

----- Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Período da Ordem do Dia. -----

----- Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 08/05/2015 - o Senhor Presidente do Conselho

Ambrósio

Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 08/05/2015. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 18/05/2015 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 18/05/2015. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a ata. -----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicasse, de forma sucinta, ao Conselho Intermunicipal o assunto em apreço. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que esclareceu o Conselho Intermunicipal que a conclusão física do projeto "Promoção do Empreendedorismo na Região Dão Lafões" seria no próximo dia trinta de junho, pelo que a presente alteração orçamental pretendia fazer pequenos ajustamentos entre rubricas, de modo a garantir o encerramento físico e financeiro do referido projeto. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2015. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de cooperação, a estabelecer entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da consolidação da estratégia supramunicipal para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão

Ampliação

Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 119/2015, de 11 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro- o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que fizesse o referido ponto de situação. -----

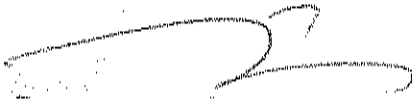
---- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, começou por referir que os esclarecimentos que iria efetuar seriam para este ponto e para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. Assim, continuou a sua intervenção fazendo um ponto de situação do trabalho que tem sido desenvolvido pela empresa WeGov no âmbito do Sistema de Informação Geográfico, e da necessidade de ser dada continuidade ao mesmo. -----

---- Informou, ainda, o Dr. Nuno Martinho, que irá ser dado início ao processo de migração de dados do software proprietário, até aqui utilizado pelos municípios, para uma solução "open source", trabalho este que irá ser efetuado com o apoio dos técnicos de cada um dos Municípios. -----

---- Continuou, a sua intervenção, informando o Conselho Intermunicipal que, neste momento, a CIM não têm o conforto comunitário para fazer face às despesas associadas ao reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões. Ainda que, estes trabalhos tenham sido incluídos no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, mais propriamente na prioridade de investimento "Tecnologias de Informação e Comunicação", à data de hoje, o financiamento não estava garantido, pelo que era necessário assegurar a comparticipação da despesa através de um Protocolo de Cooperação com os vários municípios, caso a mesma não venha a ser financiada no âmbito do Pacto. -----

---- Concluiu, a sua intervenção, esclarecendo, que a proposta de Protocolo remetida não fazia menção à forma de pagamento/montante que cada um dos Municípios iria suportar, sendo que seria necessário deliberar se a despesa a suportar seria dividida de forma igual por todos os Municípios ou se o montante seria calculado com base nas percentagens utilizadas no cálculo das quotizações. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o referido protocolo. Deliberou, também por unanimidade, o Conselho Intermunicipal que a despesa seria suportada de forma igual por todos os Municípios. -----


Ampliação

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **ponto quinto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 203/2015, de 12 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado nos esclarecimentos prestados pelo Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, no ponto anterior, colocou à apreciação dos presentes a proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões”. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para o reforço da implementação do Sistema de Informação Geográfico da CIM Viseu Dão Lafões”. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **ponto sexto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de designação do substituto do Fundo de Maneio – Serviços da CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a informação de serviço n.º 202/2015, de 12 de maio, de acordo com o art.º 4º do Regulamento do Fundo de Maneio e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de designação do substituto do Fundo de Maneio – Serviços da CIM Viseu Dão Lafões. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quando ao **ponto sétimo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de designação do substituto da Tesoureira, de acordo com o Despacho do

Secretário Executivo n.º 006/2015, de 11 de maio, e nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado no Despacho do Secretário Executivo, explicou, sucintamente, o teor do mesmo. --

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de designação do substituto da Tesoureira.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **ponto oitavo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão", de acordo com a Informação de Serviço n.º 208/2015, de 15 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse, sucintamente, o assunto em apreço.-----


----- Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicou o procedimento concursal, nomeadamente os trabalhos a realizar, identificados em sede de cadernos de encargos, sendo que a proposta de caderno de encargos, do procedimento concursal em apreço, tinha tido o contributo dos três municípios.-----

----- Foi dada a palavra à Senhora Vereador da Câmara Municipal de Tondela, Eng.ª Carla Antunes, que sugeriu uma eventual apresentação de candidatura, por parte da CIM Viseu Dão Lafões, para gestão da faixa de combustível.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a "Aquisição de serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão".-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

----- Quanto ao **ponto nono da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa MaisCentro", de acordo com a Informação de Serviço n.º 207/2015, de 15 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do



Ángel Ribeiro

Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse, sucintamente, o assunto em apreço.-----

---- Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicou que era necessário dar continuidade ao trabalho de encerramento das operações candidatas ao Programa MaisCentro, no período 2007-2013, sendo que era de todo o interesse renovar os serviços prestados pela empresa Méritopatamar. Informou, ainda, o Conselho Intermunicipal, que esta despesa tem o conforto do cofinanciamento de 85%, no âmbito do projeto "Assistência Técnica".-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a "Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa MaisCentro".-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **ponto décimo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para o "Fornecimento e montagem de equipamentos de ar condicionado", de acordo com a Informação de Serviço n.º 204/2015, de 12 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para o "Fornecimento e montagem de equipamentos de ar condicionado".-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---- Quanto ao **ponto décimo primeiro da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, para a celebração de "Acordo quadro para o fornecimento de energia elétrica - (AQ_04/2015)", de acordo com a Informação de Serviço n.º 205/2015, de 15 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma.-----

Ampliação

---- Foi dada a palavra à Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Tondela, Eng.ª Carla Antunes, que no âmbito do contrato de fornecimento de energia eléctrica, informou o Conselho Intermunicipal das dificuldades que o Município de Tondela tem tido em contactar a EDP, para procederem à leitura dos PT's. Assim, sugeriu que a CIM Viseu Dão Lafões agilizasse a realização de uma reunião com esta entidade. -----

---- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou que a CIM iria reunir esforços para realizar uma reunião, conjunta, com a EDP Universal, a EDP Comercial e a EDP Distribuição no sentido de resolver os problemas associados à leitura dos PT's e à faturação, entre outros problemas que possam existir com estas entidades. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a celebração de "Acordo quadro para o fornecimento de energia elétrica - (AQ_04/2015)". -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----


---- Quanto ao **ponto décimo segundo da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do Relatório Final do procedimento concursal, para a celebração de "Acordo quadro para o fornecimento de gás - (AQ_02/2015)", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse, sucintamente, o assunto em apreço. -----

---- Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho, que, de forma sucinta, explicou que no âmbito do referido acordo quadro foram seleccionadas as empresas que apresentaram as melhores condições, sendo que agora cada um dos Municípios terá de lançar os respetivos ajustes diretos, logo que toda a tramitação legal esteja concluída. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o Relatório Final do procedimento concursal para a celebração de "Acordo quadro para o fornecimento de gás - (AQ_02/2015)". -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **ponto décimo terceiro da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do Relatório Final do procedimento concursal, para a "Aquisição de



Amândio

equipamentos terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC) para os corpos de bombeiros e os serviços de proteção civil municipal – (CP_03/2015)”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse, sucintamente, o assunto em apreço. -----

---- O Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, começou por dar nota da aprovação da candidatura “Aquisição de equipamentos terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC)”, em regime de overbooking, pelo POVT, bem como da comunicação definitiva da não admissibilidade da despesa do Município de Viseu referente à aquisição dos referidos equipamentos para a Polícia Municipal, decisão que já havia sido contestada pela CIM Viseu Dão Lafões. -----

---- O Dr. Nuno Martinho reiterou, ainda, a necessidade de os municípios que ainda não tinham enviado o comprovativo do número de compromisso associado ao protocolo assinado no âmbito da aquisição de equipamentos terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC), que os remetessem com a maior brevidade possível. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, aprovar o Relatório Final do procedimento concursal para a “Aquisição de equipamentos terminal de comunicação TETRA e respetivos acessórios (ETC) para os corpos de bombeiros e os serviços de proteção civil municipal – (CP_03/2015)”. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **ponto décimo quarto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do pedido de apoio financeiro, apresentado pelo Município de Mangualde, para o evento “Em Quarto Crescente”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e ao **ponto décimo quinto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do pedido de apoio financeiro, apresentado pelo Município de Nelas, no âmbito da 24ª edição da Feira do Vinho do Dão, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, baseado no facto das receitas da CIM Viseu Dão Lafões, resultarem apenas das quotizações pagas pelos Municípios e das transferências efectuadas pela DGAL, bem como do facto de pedidos similares por parte de outros municípios não terem obtido resposta favorável, propôs que estes pedidos tivessem tratamento semelhante. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Joaquim Seixas, que referiu que cada Município deve aproveitar os fundos comunitários para financiar a realização dos seus eventos, não fazendo sentido os municípios andarem-se a financiar uns aos outros, por via da CIM Viseu Dão Lafões.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, não aprovar os pedidos de apoio financeiro apresentados pelos Municípios de Mangualde e Nelas.-----

----- Quanto ao **ponto décimo sexto da ordem de trabalhos** - Análise e discussão do Despacho n.º 5119-B/2015, de 15 de maio, do Secretário de Estado da Administração Local, relativo ao concurso para apoio financeiro a projetos de integração e partilha de serviços ou competências dos municípios, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que explicasse, sucintamente, o assunto em apreço.-----

----- Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho, que procedeu a uma pequena apresentação do conteúdo do despacho, na qual informou os presentes da data limite da apresentação da candidatura, trinta de junho próximo, das despesas elegíveis, da taxa de financiamento, entre outra informação relevante sobre o assunto em apreço.-----

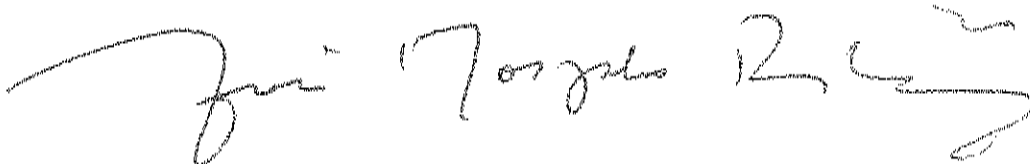
----- Continuou o Senhor Secretário Executivo informando que a proposta poderia ser a continuação do trabalho encetado ao nível do Sistema de Informação Geográfica, à escala supramunicipal, associando a aquisição de cartografia oficial e homologada relativa à área geográfica da CIM Viseu Dão Lafões, existindo, ainda, a possibilidade de ser associada à gestão de vias, indo, desta forma, ao encontro do desafio lançado pela Estradas de Portugal.

----- Referiu, ainda, que um dos serviços que eventualmente poderia integrar a candidatura a apresentar, caso fosse essa a vontade dos Municípios, poderia ser a gestão das vias, dado a CIM se encontrar a desenvolver trabalho nesta área. Aproveitou, para informar que no dia seguinte iria participar numa reunião com as Estradas de Portugal e o IMT, no âmbito desta temática.-----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 270.593 eleitores, apresentar um projeto de integração e partilha de serviços, no âmbito do SIG, da cartografia e da gestão de vias à escala supramunicipal.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, Ângela Maria Rodrigues de Matos, que a redigi. -----


Ângela Maria Rodrigues de Matos